

1. OBJETO

1.1. Ata de Registro de Preço para aquisição de 4 tipos de equipamentos do tipo Roteador incluindo garantia suporte e manutenção por 5 anos;

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. Grupo 1

2.1.1. Este documento descreve 4 itens de equipamentos do tipo Roteador;

2.1.2. As especificações dos serviços e soluções são as mesmas para todos os equipamentos, diferenciando apenas:

2.1.2.1. Capacidade de comutação de pacotes;

2.1.2.2. Interfaces WAN;

2.1.2.3. Interfaces LAN;

2.1.2.4. Fontes de alimentação;

Grupo	Item	Descrição	Métrica
1	1	Roteador tipo 1	Unidade
	2	Roteador tipo 2	Unidade
	3	Roteador tipo 3	Unidade
	4	Roteador tipo 4	Unidade

2.2. Especificações de Arquitetura dos roteadores

2.2.1. Possuir opção de boot local, efetuado através de memória flash ou similar;

2.2.2. Possuir memória flash ou similar, interna, com capacidade suficiente para implementação de todas as facilidades do equipamento;

2.2.3. Possuir memória DRAM ou SDRAM, interna, com capacidade mínima de 4 GB (quatro gigabytes);

2.2.4. Alimentação elétrica 110–220 V, 50–60 Hz, regulada automaticamente ou por chaveamento, dentro das normas e padrões elétricos brasileiros;

2.2.5. A fonte de alimentação deverá vir acompanhada com o respectivo cabo de alimentação com conector tripolar, conforme o novo padrão brasileiro NBR 14136;

2.2.6. Deve possuir interface dedicada de console para acesso terminal e administração do equipamento;

2.2.6.1. O cabo de console e adaptadores necessários deverão ser fornecidos com o equipamento;

2.2.7. Todas as portas de tecnologia Ethernet devem ser nativamente roteáveis, não sendo permitido o uso de outros recursos ou implementações para possibilitar tal função;

2.2.8. Todos os equipamentos listados devem permitir a instalação de interfaces seriais, mesmo que não seja especificada a interface no item 2.4;

2.2.9. Capacidade de comutação de pacotes de, no mínimo:

Item 1	35 Mbps
Item 2	35 Mbps
Item 3	75 Mbps
Item 4	500 Mbps

2.3. Especificações de Funcionalidade

2.3.1. Implementar roteamento estático;

2.3.2. Implementar protocolo RIP (Routing Information Protocol) nas versões v1, v2 e

RIPNG, de acordo com as RFCs 1058, 2453, 1723 e 1724, 2080;

2.3.3. Implementar o protocolo de roteamento OSPF (Open Shortest Path) versão 2 e 3, de acordo com as RFCs 5340, RFC 2328, RFC 1793 e 1587;

2.3.4. Implementar o protocolo de roteamento BGP (Border Gateway Protocol) v4 e MP-BGP4, de acordo com a RFC 4271, 4760 e 4278;

2.3.5. Suportar TCP e UDP, conforme RFCs 793 e 768;

2.3.6. Implementar protocolo IPv4, IPv6 e os protocolos de WAN Frame-Relay e PPP;

2.3.6.1. Implementar dual stack IP;

2.3.7. Implementar o protocolo GRE (Generic Routing Encapsulation) conforme RFCs 1701 e 1702;

2.3.8. Implementar VRRP (Virtual Router Redundancy Protocol), conforme RFC 2338;

2.3.9. Implementar roteamento baseado em políticas (Policy Based Routing);

2.3.10. Implementar roteamento entre VLANs (Virtual Lan Area Network) através do protocolo IEEE 802.1q;

2.3.11. Implementar NAT (Network Address Translation), de acordo com a RFC 1631;

2.3.12. Implementar roteamento IP Multicast através do protocolo PIM (Protocol Independent Multicast) V1 e V2, no modo “Dense Mode” e “Sparse Mode”, também com suporte a Source-specific multicast (SSM);

2.3.13. Implementar os protocolos IGMP V1, V2 e V3;

2.4. Especificações de Conectividade

2.4.1. Possuir as seguintes interfaces WAN:

Item 1	01 (uma) porta serial 2 Mbps
Item 2	Não necessário
Item 3	Não necessário
Item 4	Não necessário

2.4.2. As interfaces devem vir com os respectivos cabos, para conexão a dispositivos com interface padrão ITU-T V.35;

2.4.3. Possuir portas LAN compatíveis com o padrão IEEE 802.3, com interface padrão RJ-45 para cabos UTP;

2.4.4. Possuir portas LAN compatíveis com o padrão IEEE 802.3, compartilhadas fisicamente (combo) entre uma porta RJ-45 e uma SFP (Small Form-Factor Pluggable);

2.4.5. Número de interfaces para cada tipo de equipamento:

Item 1	1 Interface Ethernet 10/100/1000 RJ-45 + 1 Interface Ethernet Combo
Item 2	1 Interface Ethernet 10/100/1000 RJ-45 + 1 Interface Ethernet Combo
Item 3	1 Interface Ethernet 10/100/1000 RJ-45 + 2 Interface Ethernet Combo
Item 4	4 interfaces Combo

2.4.6. Número mínimo de fontes de alimentação para cada tipo de equipamento:

Item 1	1 Fonte
Item 2	1 Fonte
Item 3	1 Fonte
Item 4	Mínimo de 2 Fontes

2.5. Especificações de Segurança

- 2.5.1. Permitir a criação de funções de filtragem (lista de controle de acesso L3 e L4);
 - 2.5.1.1. Suportar os seguintes parâmetros de filtragem: Endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino, e a opção “protocol type” do cabeçalho IP;
- 2.5.2. Permitir a configuração remota via SSH;
- 2.5.3. Suporte a TACACS (Terminal Access Controller Access Control System – RFC 1492), com suporte AAA (Authentication, Authorization e Accounting);
- 2.5.4. Suporte a Radius (Remote Authentication Dial In User Service), conforme RFCs 2865;
- 2.5.5. Disponibilizar no mínimo 10 níveis personalizáveis de controle de autenticação ao equipamento;
- 2.5.6. Disponibilizar controle das sessões remotas ao roteador, com possibilidade de filtrar os endereços IP específicos autorizados a executar sessões SSH ou Telnet;
- 2.5.7. Suporte a criptografia VPN IPsec com 3DES e AES (mínimo de 8 túneis) para equipamentos do tipo 2 e 3;
- 2.5.8. Suporte a tecnologia que permita a criação de túneis dinâmicos, através do uso dos protocolos mGRE (Multipoint Generic Routing Encapsulation) e NHRP (Next Hop Resolution Protocol), com possibilidade de implementar ou não criptografia com uso de IPSEC;

2.6. Especificações de Gerenciamento

- 2.6.1. Implementar os protocolos de gerenciamento SNMP (Simple Network Management Protocol) v.1, v.2 e v.3, com suporte a MIB-II, de acordo com as RFCs 1157, 1905, 1906, 1907, 1213, 2571, 2572, 2573, 2574 e 2575;
- 2.6.2. Possibilitar o envio de logs de eventos através de Syslog ou similar, RFC 3164;
- 2.6.3. Possibilitar configuração de endereço IP de origem para envio de “traps SNMP” ao sistema de gerenciamento;
- 2.6.4. Implementar NTP (Network Time Protocol), conforme definido na RFC 1305;
- 2.6.5. Permitir a configuração das velocidades das portas físicas e conexões lógicas, com intervalos entre 1 e 10.000.000 Kbps. Este valor deve atualizar a variável Ifspeed da MIB-II padrão (RFC-1213);
- 2.6.6. Disponibilidade de um objeto (OID) na MIB que represente a utilização de memória do equipamento em porcentagem;
- 2.6.7. Disponibilidade de um objeto (OID) na MIB que represente a utilização de CPU do equipamento em porcentagem;
- 2.6.8. Implementar objetos (OID) na MIB que possibilitem a configuração e coleta do resultado de um teste de ping (ICMP), efetuado pelo próprio equipamento, para um destino especificado;
- 2.6.9. Implementar Internet Protocol Flow Information eXport (IPFIX), de acordo com os padrões IETF RFC 7011, RFC 7015 e RFC 5103;

2.7. Especificações para o serviço de QoS (Quality of Service)

- 2.7.1. Implementar métodos e controle de enfileiramento: LLQ (Low Latency Queueing, WFQ (Weighted Fair Queue) e CBWFQ (Class-Based Weighted Fair Queue);
- 2.7.2. Implementar QoS conforme arquitetura “Differentiated Services” (RFCs 2474, 2475);
- 2.7.3. Suporte à implementação de QoS (Quality of Service), conforme RFC 2212;
- 2.7.4. Implementar os métodos de condicionamento de tráfego: Traffic Policing e Traffic Shaping;
- 2.7.5. Implementar LFI (Link Fragmentation and Interleaving) nas interfaces seriais com encapsulamento Frame Relay e PPP (FRF 12);
- 2.7.6. Implementar marcação, classificação e priorização de tráfego com base nos endereços IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino, DSCP (Differentiated Services Code Point) e CoS (Class of Service) do datagrama;

- 2.7.7. Implementar WRED (Weighted Random Early Detection);
 2.7.8. Implementar política hierárquica de QoS;
 2.7.9. Implementar a capacidade de detectar automaticamente os protocolos e aplicações dos pacotes que estão trafegando em uma determinada interface, a fim de serem utilizados para a classificação do tráfego;
 2.7.10. Implementar os mecanismos de CBTS (Class-Based Traffic Shapping) e CBTP (Class-Based Traffic Policing);

2.8. Da entrega

2.8.1. O SERPRO estima que a quantidade de roteadores adquiridos durante a vigência da Ata de Registro de Preço será conforme a tabela abaixo:

Item 1	240 unidades
Item 2	800 unidades
Item 3	20 unidades
Item 4	10 unidades

- 2.8.2. Os endereços de instalação seguem em anexo;
 2.8.2.1. Pode haver necessidade de atualização dos endereços de instalação conforme necessidade do SERPRO;
 2.8.3. Todos os equipamentos entregues devem ser novos e de primeiro uso;
 2.8.4. Todas as licenças fornecidas devem pertencer ao SERPRO;

3. NÍVEIS DE SERVIÇO E SANCIONAMENTOS

- 3.1. O exercício da garantia para retorno do hardware e software à condição operacional da solução deverá ser realizado conforme critérios abaixo:
 3.1.1. Deverá ser prestada a garantia para os equipamentos e componentes ofertados, assegurando prazos de atendimentos compatíveis com a instalação, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, com exceção dos chamados de severidade 3 e 4, que devem ser atendidos em horário comercial, ou seja, das 08:00 às 18:00, horário de Brasília, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados;
 3.1.2. A garantia destina-se a resolver defeitos, problemas de funcionamento e desempenho, sanar dúvidas relacionadas com a instalação, configuração, uso dos equipamentos e instalação de firmware;
 3.1.3. O atendimento aos chamados para o exercício da garantia deverá obedecer à seguinte classificação quanto ao nível de severidade:

Nível de Severidade						
Nível	Descrição	Tipo de Atendimento	Tempo de Atendimento	Tempo de Solução ou solução de contorno	Observações	Penalidades
1 – Crítica	Chamados referentes a situações de emergência ou problema crítico, caracterizadas pela parada ou interrupção da solução (ou qualquer um dos seus módulos, componentes e funcionalidades), bem como situações que exijam a substituição de parte ou todo equipamento.	On-site	No máximo 2 (duas) horas após a abertura do chamado, incluindo percurso do técnico até as instalações do SERPRO.	No máximo 4 (quatro) horas após a abertura do chamado	O atendimento não poderá ser interrompido até o completo restabelecimento da solução, mesmo que se estenda por períodos noturnos e dias não úteis.	O não atendimento dentro do prazo estabelecido para o chamado, ensejará em aplicação de multa à contratada no valor de 0,03% (três centésimos por cento) do valor global do contrato, por hora ou fração de hora de atraso.

Nível de Severidade						
Nível	Descrição	Tipo de Atendimento	Tempo de Atendimento	Tempo de Solução ou solução de contorno	Observações	Penalidades
2 – Alta	Chamados associados a situações de alto impacto, incluindo os casos de degradação severa de desempenho	On-site	No máximo 2 (duas) horas após a abertura do chamado, incluindo percurso do técnico até as instalações do SERPRO	No máximo 8 (oito) horas após a abertura do chamado	O atendimento não poderá ser interrompido até o completo restabelecimento da solução, mesmo que se estenda por períodos noturnos e dias não úteis.	O não atendimento dentro do prazo estabelecido para o chamado, ensejará em aplicação de multa à contratada no valor de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor global do contrato, por hora ou fração de hora de atraso.
3 – Média	Chamados referentes a situações de baixo impacto ou para aqueles problemas que se apresentem de forma intermitente, incluindo os casos em que haja a necessidade de substituição de componente(s) que possua(m) redundância	Remoto, com exceção das situações em que seja necessária intervenção física	No máximo 4 (quatro) horas após a abertura do chamado	No máximo 10 (dez) horas após a abertura do chamado	Caso o problema não possa ser resolvido remotamente, a contratada deverá colocar à disposição do SERPRO, um especialista devidamente habilitado e credenciado que trabalhará o tempo que for necessário para a solução do problema, sendo que o ônus financeiro de tal providência será da contratada.	O não atendimento dentro do prazo estabelecido para o chamado, ensejará em aplicação de multa à contratada no valor de 0,01% (um centésimo por cento) do valor global do contrato, por hora ou fração de hora de atraso.
4 – Baixa	Chamados com objetivo de sanar dúvidas quanto ao uso ou à implementação da solução	Remoto	No máximo 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado	No máximo 72 (setenta e duas) horas após a abertura do chamado	Os chamados de severidade 4 só poderão ser finalizados quando as dúvidas forem sanadas e confirmadas pelo SERPRO.	O não atendimento dentro do prazo estabelecido para o chamado, ensejará em aplicação de multa à contratada no valor de 0,005% (meio centésimo por cento) do valor global do contrato, por hora ou fração de hora de atraso.

3.1.4. Sistema Parado é a situação em que há impossibilidade total de uso de um serviço prestado ao SERPRO, em razão de defeito em um ou mais equipamentos fornecidos pela CONTRATADA;

3.1.5. Tempo de Atendimento é o prazo máximo para início do atendimento a partir da abertura do chamado na CONTRATADA;

3.1.6. Tempo de Solução é o prazo máximo para que a CONTRATADA aplique uma correção definitiva ou solução de contorno para o problema reportado a partir da abertura do chamado;

3.2. Monitoramento dos Chamados

3.2.1. Será aberto um chamado técnico para cada problema reportado, sendo iniciada a contagem do tempo de atendimento a partir do horário de acionamento;

3.2.2. Todos os chamados serão controlados por sistema de informação da CONTRATADA.

3.2.3. O fechamento do chamado poderá se dar quer pela aplicação da solução definitiva do produto ou da solução de contorno que possibilite a operação do sistema.

3.2.4. Antes do fechamento de cada chamado a CONTRATADA consultará o SERPRO para validar o fechamento do chamado. A CONTRATADA deverá fornecer informações sobre as

soluções aplicadas.

3.2.5. Um chamado fechado sem anuência do SERPRO ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas;

3.3. Modificadores de tempo de atendimento

3.4. Os tempos constantes na tabela “Nível de Severidade” se aplicam para chamados com atendimento nas capitais de Estado e Distrito Federal;

3.4.1. Para outras cidades, deve ser adicionado ao “Tempo de Atendimento” e ao “Tempo de Solução ou solução de contorno” os valores constantes na tabela abaixo: “Ajuste de Tempo”, sem penalização do prazo de solução definitiva do problema;

Ajuste de Tempo	
Descrição do Ajuste	Tempo Adicional
Local de atendimento em município distante da capital do estado em até 100 km	2 (duas) horas
Local de atendimento em município distante da capital do estado entre 100 e 200 km	4 (quatro) horas
Local de atendimento em município distante da capital do estado a partir de 200 km	10 (dez) horas

3.4.2. Para as cidades cobertas por transporte hidroviário, pelo menos em um trecho, considera-se como tempo adicional o dobro do tempo especificado na tabela “Ajuste de Tempo”;

3.5. Canais de Atendimento

3.5.1. Atendimento através de canal telefônico gratuito 0800 ou tarifação reversa, 24 horas por dia, 7 dias por semana, sempre em Português Brasileiro;

3.5.2. Chamado técnico através de site na Internet, 24 horas por dia, 7 dias por semana e canal telefônico gratuito 0800 ou tarifação reversa, sempre no idioma Português Brasileiro (PT-BR);

3.6. Garantia

3.6.1. O Hardware e Software, bem como a atualização dos softwares e patches deverão possuir garantia de 60 (sessenta) meses;

3.6.2. A garantia contemplará atendimento técnico quanto à configuração e solução de problemas envolvendo os produtos ofertados, bem como a atualização dos softwares e problemas de hardware;

3.6.3. A garantia engloba sanar dúvidas relacionadas com a instalação, configuração e softwares contratados;

3.6.4. A garantia engloba a substituição de equipamentos e componentes defeituosos;

3.6.5. Caso algum item fornecido seja descontinuado na linha de comercialização do fabricante, durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deverá manter as condições da garantia nesta contratação explicitada, ou providenciar a substituição por outra solução disponível que executem as mesmas funcionalidades exigidas no edital, sem ônus adicionais para o SERPRO;

3.6.6. É responsabilidade da CONTRATADA todos os custos decorrentes do processo de substituição, retirada e devolução do equipamento defeituoso. Não haverá ônus adicional ao SERPRO;

3.6.7. Caso não seja possível o reparo, a substituição de equipamento deverá ser por modelo equivalente ou superior e ser original do fabricante, mediante autorização prévia do SERPRO;

3.6.8. A CONTRATADA deverá prover, sempre que necessário, todas as correções e atualizações dos hardwares instalados, tais como: nível de firmware e microcódigos, que permitam melhorar as funcionalidades dos equipamentos, sem ônus adicional para o SERPRO;

3.6.9. Durante o período de garantia, a contratada deverá fornecer informações sobre as correções a serem aplicadas ou a própria correção;

3.6.10. No caso de intervenções em que haja risco de indisponibilidade total ou parcial dos equipamentos, o SERPRO deverá ser previamente notificado para que se proceda à aprovação e o agendamento da intervenção em horário conveniente ao SERPRO;

3.6.11. A CONTRATADA é responsável pelo deslocamento do seu técnico à localidade, bem como pela retirada e entrega do equipamento e peças de reposição, além de todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondente;

3.6.12. Em qualquer hipótese, e ainda que não seja o fabricante dos equipamentos, a CONTRATADA deve prover atendimento de 2º e 3º níveis, bem como aos firmwares e microcódigos dos equipamentos, de forma a prestar os serviços de garantia, sem ônus adicional para o SERPRO;

3.6.13. Para todos os efeitos da contratação, vigoram os seguintes conceitos:

3.6.13.1. Atendimento de 1º Nível: equipe treinada para atender diretamente os usuários em demandas referentes a diagnóstico e tratamento de problemas, configuração e administração do ambiente e esclarecimento de dúvidas em geral;

3.6.13.2. Atendimento de 2º Nível: equipe multidisciplinar treinada, certificada e com grande experiência em ambientes críticos e complexos, que exigem alta disponibilidade;

3.6.13.3. Atendimento de 3º Nível: escalonamento ao laboratório dos equipamentos, devido à necessidade de retaguarda nas tecnologias de hardware suportadas;

3.6.14. Nos casos de problemas não documentados, os registros enviados pelo SERPRO (tais como: traces, dumps e logs) devem ser encaminhadas aos laboratórios do responsável técnico, a fim de que sejam fornecidas as devidas correções;

3.7. Entrega Mensal de Relatório

3.7.1. Mensalmente deverá ser entregue relatório constando os acionamentos técnicos abertos, em andamento e encerrados no período do exercício da garantia, por regional do SERPRO;

3.7.2. O relatório deve conter no mínimo as seguintes informações: número de acionamento, descrição da ocorrência, severidade, nome do responsável do SERPRO pela abertura do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início do atendimento, tipo do atendimento (remoto e on-site), data e hora de encerramento ou aplicação de solução de contorno e descrição da resolução adotada;

3.7.3. O relatório deverá ser entregue mesmo quando não houver chamados no período;

3.8. Repasse de Conhecimento

3.8.1. A CONTRATADA deve prover o repasse de conhecimento aos profissionais do SERPRO para configuração e operação da solução;

3.8.2. A CONTRATADA deve repassar o conhecimento sem ônus adicional para o SERPRO, incluindo todo o material didático necessário;

3.8.3. O material de aula deverá abordar conteúdo teórico e prático, e deverá ser submetido ao SERPRO para aprovação antes da realização da capacitação;

3.8.4. A CONTRATADA deverá iniciar o repasse de conhecimento em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato em data a ser aprovada pelo SERPRO;

3.8.5. A CONTRATADA deve repassar o conhecimento através de profissionais habilitados e credenciados pelos fabricantes ou empresa credenciada para tal finalidade;

3.8.6. A ementa e todo o material deverão ser apresentados com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência do início do repasse para avaliação e aprovação prévia de seu conteúdo pelo SERPRO;

3.8.7. O repasse de conhecimento deverá ser executado por profissionais capacitados, a ser comprovado por meio de certificado ou declaração do fabricante dos produtos ofertados, que devera ser encaminhado para o SERPRO, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência do início do repasse;

3.8.8. A CONTRATADA deverá providenciar a capacitação para 2 (duas) turmas, 1 (uma) em São Paulo e 1 (uma) em Brasília, até 12 (doze) participantes cada, abordando toda solução ofertada envolvendo teoria e prática, em datas a serem negociadas entre o

SERPRO e a CONTRATADA;

3.8.8.1. A carga horária mínima para cada turma deverá ser de 40 (quarenta) horas;

3.8.8.2. O repasse de conhecimento deve ser prestado em local externo de responsabilidade da CONTRATADA, nas capitais de Brasília e São Paulo;

3.8.8.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda infraestrutura necessária ao repasse de conhecimento (sendo aceita máquinas virtuais, desde que na mesma versão do software fornecida ao SERPRO);

3.8.9. A CONTRATADA deverá apresentar uma ementa do repasse que será aprovada pelo SERPRO;

3.8.10. O repasse de conhecimento será avaliado pelos participantes do SERPRO e caso não será atingido a média de 70% pela avaliação das turmas, o repasse deverá ser revisto e realizado novamente;

3.9. Seleção do Fornecedor

3.9.1. A contratação será na Modalidade de Pregão na forma eletrônica, conforme disposto nas leis 10.520/02, 8.666/93 e Decreto 5.450/05, utilizando-se o sistema de registro de preços regulamentado pelo Decreto 7.892/2013 e alterações;

3.9.2. Será considerada ganhadora do processo licitatório a LICITANTE que estiver habilitada e apresentar a proposta com o menor preço global;

3.9.3. A seleção da CONTRATADA dar-se-á nas seguintes condições:

3.9.4. Será considerado vencedor do processo licitatório, a empresa que comprovar estar habilitada e apresentar proposta com o menor preço global para o total dos produtos adquiridos;

3.9.5. Após o encerramento da etapa de lances, na fase de habilitação, a comprovação do atendimento às características técnicas especificadas, neste termo de referência, dar-se-á mediante avaliação da documentação técnica integrante da proposta, que consistirá de catálogos, manuais ou publicações oficiais e originais do fabricante;

3.9.6. Serão aceitas, para efeito de comprovação de características técnicas, endereços de sítios Internet que contenham as informações solicitadas, os quais serão consultados no momento da validação, sendo de responsabilidade da LICITANTE informar corretamente tais endereços;

3.9.7. A LICITANTE deve apresentar atestado de capacidade técnica que conste a venda e instalação de equipamentos equivalentes aos ofertados, realizado por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

3.9.8. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, contendo razão social, endereço, CNPJ e telefone da pessoa jurídica que o emitiu, além da identificação (nome e função) do declarante e serem entregues junto com a documentação. Caso estes requisitos não sejam atendidos, impossibilitando o SERPRO de efetuar diligência, se julgar necessário, os atestados não serão considerados.